

MADSON SOUZA

Pela primeira vez, Censo revela número de autistas na Bahia - e no país; são 144,9 mil pessoas com o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) no estado em 2022, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O quantitativo representa 1,0% da população, ou 1 a cada 100 moradores. Já com relação a pessoas com deficiência (PCD), elas representam 7,9% da população de 2 anos ou mais na Bahia. Mesmo com tamanho índice populacional, a realidade dos PCDs e autistas ainda inclui desafios em acessibilidade e inclusão, como no ambiente escolar.

A assistente social, Márcia Thais Dantas, 48, mãe de filho autista, o pequeno Théo, 6, conta que existem percalços na inclusão escolar de seu filho, que hoje estuda em escola particular, e de crianças autistas no geral - mesmo com legislações vigentes que garantem o acesso à educação. “Sou presidente do Coletivo Autismo, Família e Direito e vejo relatos de quase todas as mães de dificuldades com a educação dos filhos. Muitas escolas que aceitam matrícula, mas não incluem, não oferecem auxiliar especializado para criança, dificuldade para desenvolverem atividades adaptadas e mais. Ainda precisamos avançar em todas as áreas”, ressalta.

A informação preocupa, porque tanto na Bahia, quanto no Brasil, a ocorrência do diagnóstico de TEA é maior entre crianças e tende a diminuir com a idade. No estado, 3 em cada 10 pessoas com diagnóstico de autismo em 2022 eram crianças ou adolescentes de até 14 anos de idade (34,4% ou 49.920 pessoas). Diante desse cenário os dados apresentados

CENÁRIO Em 2022, eram 144,9 mil pessoas com o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista no estado; já pessoas com deficiência somavam 7,9%

IBGE divulga resultado do Censo para PCDs e TEAs



Márcia Thais e o filho Theo: percalços

Uendel Galter / Ag. A TARDE

pelo Censo 2022 da população autista e PCD ganham importância, segundo a supervisora de disseminação de informações do IBGE na Bahia, Mariana Viveiros, por organizar informações que possibilitem entender de maneira ampla a realidade dessas pessoas.

“Os dados sobre pessoas com diagnóstico de autismo são os primeiros dados estatísticos oficiais em nível

nacional e para cada um dos 5.570 municípios brasileiros que a gente tem. Tanto para os autistas quanto para as pessoas com deficiência o Censo tem uma riqueza que permite cruzar os dados demográficos com outras informações para ter um retrato bastante completo dessas populações”, comenta. A partir desses dados podem ser desenvolvidas políticas públicas em diferentes

áreas.

A Bahia é o quarto estado com a maior população diagnosticada com TEA - também é o quarto mais populoso do país - atrás apenas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Porém, vale ressaltar que o percentual de presença de pessoas autistas em toda a população baiana (1,0%) é o menor entre os estados, empatado com Tocantins.

Realidade dos PCDs e autistas ainda inclui desafios em acessibilidade e inclusão, como no ambiente escolar

PCDs são quase 8%
Em 2022, 1.093.719 pessoas tinham alguma deficiência na Bahia, o 4º maior contingente do país, porém a 9ª maior proporção considerando a população total entre os estados. Mesmo com alto índice da população baiana, a realidade dessas pessoas, segundo a presidente da Associação Brasileira de Apoio e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (ABADEF), Silvanete Brandão, ainda é de muita dificuldade.

“São muitos os desafios, como a falta de uma educação inclusiva, não termos um transporte público digno e principalmente não temos uma política pública que possa apoiar as famílias das pessoas com deficiência, desde a infância até a vida adulta. O protagonismo da pessoa com deficiência não é respeitado, pois vivemos numa sociedade muito capacitista e muito preconceituosa”, pontua Silvanete.

Dado do Censo 2022 indica que a ocorrência de deficiência cresce com a idade e atinge 2 em cada 10 pessoas de 60 anos ou mais e 4 em cada 10 pessoas de 80 anos ou mais, na Bahia. A dificuldade de enxergar é a mais comum, atingindo mais da metade das pessoas com deficiência na Bahia; dificuldade de ouvir é a menos frequente. Mulheres são a maioria das pessoas com deficiência - seis em cada dez - em 2022, no estado.

“A população com deficiência é mais feminina porque ela também é um pouco mais velha. Como a deficiência aumenta com a idade, ela acaba também atingindo mais as mulheres, porque elas são predominantes nas faixas etárias mais velhas. As mulheres em geral vivem mais tempo que os homens então elas têm uma participação muito grande nas populações mais idosas”, explica Mariana Viveiros, do IBGE.

ACOLHIMENTO

Bahia enfrenta desafios com adoção infantojuvenil

LEO PRADO*

Às vésperas do Dia Nacional da Adoção, neste domingo, 25 de maio, tornam-se ainda mais evidentes os desafios enfrentados pelas crianças e adolescentes à espera de um lar. Na Bahia, o cenário é de luta, por parte de autoridades e lares de acolhimento responsáveis, em busca de um futuro com mais esperança para as crianças.

Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), coletados em 23 de maio, atualmente existem 261 crianças e adolescentes disponíveis para adoção, e um total de 1.367 pretendentes em busca de um filho. O número representa mais de cinco vezes a quantidade de jovens aptos a serem acolhidos. Segundo especialistas, a disparidade ainda se dá pela busca de perfis específicos pelos pais no processo de adoção.

“Isso acontece porque, quase sempre as pessoas querem mais recém nascidos, do sexo feminino, sem irmãos, ou da cor da própria pele. Isso é natural, mas temos que repensar. É compreensível a pessoa que quer ter um filho quer viver todas as fases da vida da criança, mas nós temos muitas delas em condições de serem adotadas que não estão sendo procuradas. É importante que se tente fazer uma reflexão”, analisa o desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJ-BA), Salomão Resedá, coordenador da Infância e Juventude (CIJ).

Disponíveis

Das crianças disponíveis na Bahia, 67% são pardas, 27,2% são pretas, e 5,7% são brancas. Por faixa etária, os maiores de 16 anos estão entre os mais comuns, com 42 jovens no total, atrás somente dos

que possuem entre 14 e 16, com 48. Os mais novos ainda aparecem em menor frequência, com apenas 15 para os de até dois anos e 11 para os que têm entre 2 e 4 anos. Além disso, são 144 crianças com pelo menos 1 irmão, ao lado de 117 que não possuem.

Atualmente, o estado é o 6º com maior número de crianças disponíveis, atrás de São Paulo (1.162); Minas Gerais (693); Paraná (692); Rio Grande do Sul (590); e Rio de Janeiro (292). Ainda de acordo com o CNJ, foram 566 crianças e adolescentes adotados desde 2019.

Para Salomão, outro desafio é a demora no processo de adoção. Segundo ele, o prazo máximo para a conclusão da burocracia é de 120 dias, mas pode ser prorrogado devido a decisões judiciais. Por isso, o desembargador garante que o TJBA vem buscando uma maior agilidade: “O judiciário tem feito de tudo para buscar um desfecho mais rápido da ação adotiva. Infelizmente, em alguns casos, o atraso acontece devido ao não cumprimento de diligências das partes interessadas”.

Desafios

Psicóloga da CIJ, Alessandra Meira ainda destaca a realidade desafiadora dos jovens que atingem a maioria sem serem adotados.

Muitos jovens que atingem a maioridade sem serem adotados têm futuro incerto

“Quando o jovem vai chegando numa idade mais avançada, próxima aos 18, a gente sabe que as chances de adoção são muito baixas. Então, é necessário trabalhar com adolescente e buscar na rede socioassistencial programas de profissionalização em que ele possa estar inserido, para que ele possa ir construindo uma vida autônoma, e quando sair do serviço de acolhimento ele tenha a possibilidade de se virar sozinho”.

Fundadora do Lar Pérolas de Cristo, casa de acolhimento para crianças afastadas do convívio familiar, Vera Lúcia Guimarães relata: “Adolescente aqui é quase impossível de ser adotado, quase não conseguimos ter adoções tardias. A maioria dos casais só querem crianças brancas e recém nascidas, deixando vários outros meninos e meninas sem perspectiva. Tudo que eles querem é alguém que os ame, um pai ou mãe que possa dizer: ‘Meu filho, eu te amo’”.

Esperança

Na Organização de Auxílio Fraternal (OAF), outro lar de acolhimento, Jennifer Vitória da Silva, de 14 anos, é uma das recém chegadas. Mesmo com a idade avançada, ela ainda tem a expectativa de que possa encontrar uma nova família: “Eu tenho muita esperança que um dia vou ter uma família ótima, que vai cuidar de mim do jeito que a ‘verdadeira’ não cuidou. Para mim, que já sou adolescente, aqui não é um lugar bom de se viver”.

Adotar é um ato de amor, de acolhimento, de paternidade ou maternidade. As crianças que estão nessas lares acolhedores, infelizmente, não tiveram a mesma sorte que outras. A instituição pode até ajudar,

mas nunca vai preencher na vida dela a lacuna do pai e da mãe”, defende Josias Sousa, presidente da OAF.

O processo de adoção é gratuito e deve ser iniciado

na Vara de Infância e Juventude mais próxima. A idade mínima para se habilitar é de 18 anos, independente do estado civil, contanto que seja respeitada a diferença mí-

nima de 16 anos de idade em relação a criança a ser es-

colhida.

* SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA ISABEL VILLELA

Bate-papo bom, músicas melhores ainda.

recebe domingo 25/05, às 21h.

ANDERSON CUNHA

www.atardefm.com.br

FOTO: TATIANA GUIMARÃES